

Comissões sangram US\$70 milhões

O Brasil pagou este ano US\$ 70 milhões somente a título de comissões — *flat fee* — que seriam abolidas se tivesse concluído a renegociação plurianual da dívida externa apresentada pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Por isso, os sucessivos acordos provisórios para a prorrogação dos termos da renegociação de 1984 custaram ao País bem mais que os US\$ 60 milhões anunciados na última quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Mas o Banco Central sustenta que o maior poder de barganha brasileiro e a evolução do cenário internacional, em que o Brasil despontou como o único País a manter em dia o pagamento dos juros da dívida, permitirão a compensação com sobra dos dólares perdidos com o impasse na renegociação.

O exame das condições do acordo com os bancos

credores de 1984 que vigoraram também este ano mostram que, mais do que *spread* — taxa de risco, as comissões representaram o grosso das despesas extras do País com a renegociação suspenso, se considerada a hipótese mais realista de conclusão dos entendimentos da fase 3 para a rolagem dos compromissos externos a vencer entre 1985 e 1991.

De acordo com as negociações encaminhadas por Pastore, o *spread* cairia de 2% ao ano acima da Libor — taxa interbancária de Londres — vigente na fase 2, de 1984, para a média de 1,1625%, na renegociação plurianual deste ano. Mas o cálculo de quanto o Brasil deixou de ganhar com a redução de 0,837% ao ano do *spread* pago aos bancos credores varia com a interpretação de cada analista.

O ministro da Fazenda,

Dilson Funaro, expôs na quinta-feira o raciocínio simplista de que o Brasil deixou de ganhar 1% sobre a dívida de US\$ 6 bilhões com vencimento este ano e, portanto, pagou a mais aos bancos credores US\$ 60 milhões de *spread*. Mas nada manifestou sobre as comissões que seriam eliminadas com a conclusão da fase 3 de renegociação da dívida.

O exame das projeções do fluxo de recursos externos e a comparação entre as condições das fases 2 e 3 mostram a necessidade de cálculos mais complexos. O que o País deixou de ganhar com a redução do *spread* seria até menos que os US\$ 60 milhões anunciados por Funaro. Na prática, a exemplo dos juros básicos — Libor ou *prime* (taxa preferencial norte-americana), qualquer variação do *spread* só tem aplicação de seis em seis meses.